

PROFESSORAS NO ENSINO MÉDIO: REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DO TRABALHO DOCENTE FEMININO NA ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Roberta Kelly Santos Maia Pontes ¹

Patrícia Maria Viana Costa ²

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo refletir acerca do trabalho docente feminino na etapa do Ensino Médio, uma vez que, apesar das mulheres serem maioria entre os docentes da Educação Básica, nesta última etapa é mais forte a presença de professores homens, bem como de gestores escolares. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa de literatura, a partir da análise de artigos disponíveis na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a pesquisa utilizaram-se os descritores “professoras” e “ensino médio”. O suporte teórico para a discussão levou em consideração as reflexões de autores que exploram a presença feminina na Educação, bem como os desafios da profissão docente para as mulheres. Concluiu-se ainda que são bastante escassas as pesquisas que têm como foco o trabalho docente feminino na etapa do Ensino Médio, mesmo sendo um campo de investigação com muitas possibilidades. Além disso, verificou-se que as professoras de Ensino Médio, apesar do baixo reconhecimento profissional e social, consideram ter aumentado o seu capital cultural através da profissão, bem como a renda. Em alguns casos, essa, passou a ultrapassar inclusive os ganhos de seus parceiros do sexo masculino.

Palavras-chave: Trabalho docente, trabalho feminino, professoras, Educação Básica, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A presença das mulheres no corpo docente das escolas brasileiras se consolidou ao longo do século XX. Essa participação feminina dentro das instituições de ensino foi possível graças ao aumento das taxas de alfabetização de crianças, à cultura enraizada na sociedade de que o cuidado com as crianças era natural do sexo feminino e, por isso, as mulheres deviam ser responsáveis pelos primeiros passos de meninos e meninas no campo educativo, bem como por, assim como a Enfermagem, a Educação ser um dos poucos postos de trabalho considerados dignos para serem exercidos por mulheres, principalmente aquelas que não pretendiam casar ou ter filhos (Almeida, 1998).

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP; Professora da rede estadual de educação do Ceará, robertaksm@gmail.com;

² Mestra em Letras com Ênfase em Linguagens e Letramento pela Universidade Estadual do Ceará - CE, Professora da rede pública e privada do estado do Ceará, m.viana.patricia@gmail.com;



Historicamente, a presença de mulheres no magistério ocorre em paralelo com a expansão do sistema educacional brasileiro, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX, quando o processo de escolarização exigiu um maior número de profissionais docentes (Zibetti; Pereira, 2010). Autores como Almeida (1998) e Hipólito (1997) apontam que ao longo do século muitos homens migraram para ocupações industriais, comerciais e burocráticas, o que contribuiu para que as mulheres passassem a ocupar a docência, sobretudo, do ensino primário. Essa inserção, no entanto, não pode ser vista como a causa da desvalorização docente. Como defendem Caetano e Neves (2012) numa sociedade marcada pelo patriarcado, a precarização pré-existente da profissão (baixos salários, pouco prestígio social e a associação com o cuidado) ampliou a forte presença feminina. Assim, a carreira docente se consolidou como uma das primeiras profissões socialmente aceitáveis para as mulheres, mas também marcada por contradições de gênero que permanecem atuais.

Dados do Censo Escolar (2022) mostram que 79% dos docentes da Educação Básica são mulheres. Na educação Infantil, elas chegam a quase 97% da força docente; no Ensino Fundamental, representam 77,5%; e no Ensino Médio, cerca de 57,5%. Esse declínio revela como, ao longo das etapas, a docência feminina vai perdendo espaço, especialmente nas disciplinas consideradas mais prestigiadas, como as Ciências da Natureza e a Matemática (INEP, 2022).



Education at a Glance 2021

Fonte: INEP.



Todavia, mesmo ocupando a quase totalidade das vagas de docentes na Educação Infantil, a presença das mulheres diminui de acordo com a complexidade das etapas da Educação Básica, sendo no Ensino Médio a presença masculina bem mais identificada, não apenas nos cargos de professor, mas também de gestores escolares (Monteiro; Altmann, 2021).

Autores defendem, inclusive, que existe uma espécie de “teto de vidro” que impede que as mulheres alcancem postos mais elevados dentro da estrutura da educação, enquanto que os homens pegariam uma “escada rolante” que facilitaria sua chegada aos cargos decisórios. Assim, as professoras só chegariam aos cargos mais elevados com mais idade e experiência docente, enquanto os professores chegariam mais jovens e com menos tempo em sala de aula (Monteiro; Altmann, 2021).

Nesse sentido, é importante compreender como o trabalho docente das mulheres no Ensino Médio tem sido abordado no campo acadêmico, uma vez que nesta etapa da educação a presença de homens é mais forte, assim como ainda resiste uma cultura de que a mulher não é suficientemente preparada para estar à frente, por exemplo, de disciplinas como as que se identificam no campo das Ciências da Natureza ou Matemática (Louro, 1997).

Assim, traçamos como objetivo geral para esse breve estudo: refletir sobre a atual produção acadêmica acerca das professoras no contexto do Ensino Médio.

METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, tem como método a revisão narrativa de literatura. Para tanto, foi consultada a base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha pelo portal de Periódicos justifica-se pela amplitude de sua cobertura, além do acesso a textos complexos, reunindo periódicos nacionais com reconhecida qualidade como SciElo, Redalyc e PePSIC. Essa opção também garante o acesso a artigos revisados por pares, assegurando qualidade e rigor metodológico. Utilizaram-se como descritores os termos “professoras” e “ensino médio”. As pesquisas foram feitas em setembro de 2024.

Estabeleceram-se como critérios de inclusão aqueles que tratassem sobre o trabalho ou as trajetórias de vida de professoras do Ensino Médio. Foram excluídos da pesquisa textos referentes a teses, anais de congressos, entrevistas, além dos repetidos e



dos que tratavam do trabalho de professoras a partir de conteúdos específicos de suas disciplinas de origem ou que abordassem outras etapas da educação que não fossem o Ensino Médio. Ressalta-se ainda que esse recorte metodológico apresenta limitações, visto que foi constatada a escassez de pesquisas específicas sobre a temática professoras do ensino médio, o que reforça a relevância desse estudo e indica a necessidade de maior produção acadêmica na área.

Foram analisados artigos publicados em periódicos das áreas de Educação e Psicologia. Os temas abordados em tais pesquisas foram diversos, mas todos traziam em seu bojo as práticas ou trajetórias de professoras, em especial da etapa do Ensino Médio.

Procedeu-se à leitura de todos os artigos, a fim de encontrar pontos de destaque, convergências e divergências entre os temas abordados nos estudos sobre as professoras de Ensino Médio. Além das pesquisas em documentos oficiais como o Censo para que trouxéssemos os dados mais atualizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a melhor compreensão dos achados, optou-se por organizar inicialmente a análise em 4 eixos temáticos: 1) condições de trabalho, 2) identidade profissional, 3) gênero e poder e 4) impactos sociais e familiares e 5) estudos diversos. Categorizados com o intuito de identificar convergências e divergências, bem como destacar lacunas presentes na literatura.

Condições de trabalho

No Brasil, persistem desigualdades entre homens e mulheres nas condições de trabalho docente, expressas tanto na carga horária quanto no acesso a cargos de chefia. Em 2015, por exemplo, 6,2% dos homens com 25 anos ou mais ocupavam cargos diretivos, frente a apenas 4,7% das mulheres na mesma faixa etária, e as mulheres nessa condição recebiam em média só 68% da remuneração obtida por homens em postos equivalentes (IBGE, 2016, apud Monteiro; Altmann, 2021, p. 3). Esses dados evidenciam hierarquias estabelecidas pela divisão sexual do trabalho, a qual cria um sistema de gênero nas profissões: distinguem-se “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” com valorizações desiguais, o primeiro associado a maior prestígio e o segundo a menor reconhecimento (Hirata; Kergoat, 2007, apud Monteiro; Altmann, 2021, p. 3).



Mesmo representando a maioria na Educação Básica, as mulheres encontram muitos obstáculos para encontrar espaços de trabalho no Ensino Médio e em cargos de gestão. Pesquisas apontam que os homens são os preferidos para as disciplinas de Matemática e Ciências da Natureza, além das turmas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (3ª série e Cursinho) e escolas militares como ITA/IME. Enquanto as mulheres permanecem concentradas em áreas vistas como extensão do cuidado materno. Soldi e Camargo (2020) apontam que as mulheres ainda são frequentemente preteridas em disciplinas de maior prestígio, sendo preferidos os homens. Esses dados evidenciam que, mesmo em cargos de docência efetiva, as mulheres enfrentam limites de atuação e reconhecimento. Essa desigualdade amplia a percepção de que o trabalho feminino está associado à docência “menos valorizada”; reproduzindo desigualdades estruturais na profissão Professora.

Nessa perspectiva, a docência é historicamente construída como profissão feminina e socialmente desvalorizada, especialmente nas etapas que envolvem crianças mais novas, o que reforça novas hierarquizações e diferenças entre mulheres e homens dentro do campo educacional (Monteiro; Altmann, 2021, p. 3).

Identidade profissional

A identidade profissional ainda é fortemente marcada por estereótipos de gênero. Monteiro e Altmann (2021) salientam que o caráter fortemente feminino do magistério influencia as identidades profissionais de professoras e professores de modo diferenciado. Estudos prévios indicam que as relações de gênero na escola geram significados distintos para as identidades docentes masculinas e femininas, apontando desafios na articulação entre o sexo biológico e a construção social do gênero na profissão docente (Vianna, 2002, apud Monteiro; Altmann, 2021, p. 3). Segundo Bernardes (2019), mesmo quando as mulheres assumem funções de liderança, espera-se delas uma postura maternal e conciliadora, com isso a autoridade que o cargo exige é colocada em discussão, acarretando na dificuldade de consolidação da identidade como gestora. Essa representação reforça a ideia de que a mulher seria mais adequada à Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, perpetuando a visão distorcida de que o seu trabalho está ligado ao cuidado. Enquanto isso, aos homens são atribuídas às funções de maior prestígio e autoridade.

Em outras palavras, ser professor ou professora não é uma experiência neutra, mas atravessada por expectativas sociais de gênero. A docência, embora



majoritariamente exercida por mulheres, possui valores, comportamentos e até trajetórias de carreira marcados pelo gênero, o que impacta a forma como as profissionais se percebem e são percebidas em seu papel educativo (Monteiro; Altmann, 2021).

Assim, a identidade da professora no ensino médio é construída em um contexto onde ser mulher e docente carrega tanto a tradição de cuidado e dedicação esperada do “magistério feminino” quanto a luta pelo reconhecimento profissional em pé de igualdade com os homens.

Gênero e poder

As desigualdades de gênero na Educação também se manifestam nas relações de poder. Mesmo sendo numericamente dominado por mulheres, o campo educacional apresenta relações de poder assimétricas em favor dos homens. Monteiro e Altmann (2021), citando Vianna (2013), observam que “as relações entre docentes demonstram claramente o exercício do poder dos homens sobre as mulheres”, sobretudo no caso de docentes heterossexuais e brancos, pois “apesar da maioria feminina, esses homens são alçados às posições de controle e prestígio mesmo quando não possuem esse objetivo” (Vianna, 2013, p. 176, apud Monteiro; Altmann, 2021, p. 4). Ou seja, na escola básica ainda vigora uma dinâmica em que homens tendem a ocupar espaços de liderança e decisão, por exemplo, cargos de direção, vice-direção e supervisão, ao passo que mulheres se concentram em funções de coordenação e orientação pedagógica (Monteiro; Altmann, 2021, p. 2). Monteiro (2023) afirma que a ascensão de mulheres a cargos de gestão na educação é permeada por mais obstáculos e exigências que a trajetória dos homens, que ascendem mais facilmente a esses mesmos postos. Já a pesquisadora Sirnei Dal Maso (2025), ao analisar dinâmicas de poder em escolas de Santa Catarina, observou que mesmo quando ocupam cargos de gestão, as professoras enfrentam resistências institucionais e culturais, tendo sua autoridade mais questionada do que de gestores homens. Esses estudos confirmam que, mesmo numerosas, as professoras ainda são preteridas nos espaços de maior poder e prestígio dentro das instituições escolares.

Essa distribuição evidencia que a docência permanece “uma carreira com privilégios masculinos”, na qual os homens ocupam percentualmente os postos hierárquicos mais elevados, mantendo uma relação de poder de gênero mesmo em um ambiente feminizado (Monteiro; Altmann, 2021, p. 20). Em suma, gênero e poder estão



intrinsecamente conectados na carreira docente: o gênero masculino ainda confere vantagens estruturais de ascensão e autoridade nas escolas, enquanto as mulheres precisam constantemente afirmar sua autoridade profissional em um espaço historicamente marcado pelo poder masculino.

Impactos sociais e familiares

A pesquisa de Monteiro e Altmann (2021) revela barreiras significativas na progressão na carreira para as professoras, em contraste com os professores homens. Os homens tendem a ascender mais cedo a cargos de gestão: em média com 9,7 anos de docência, aos 32 anos de idade, enquanto as mulheres ascendiam após aproximadamente 15 anos de carreira, por volta dos 36,3 anos (Monteiro; Altmann, 2021, p. 18-19). Além de demorarem mais para serem promovidas, as professoras geralmente só alcançam posições de chefia por meio de concurso público e por iniciativa própria, ao passo que muitos professores foram alçados por indicação ou convite de superiores hierárquicos (ou, em menor grau, por eleição escolar) – mecanismos pelos quais os homens receberam “incentivos verticais” para progredir na carreira (Monteiro; Altmann, 2021, p. 19).

Em contraste, a maioria das mulheres não contou com esse empurrão institucional, tendo uma visão mais “espontânea” da ascensão, isto é, elas decidem tentar a promoção por motivação pessoal, muitas vezes após longo tempo de serviço e sem que alguém as tivesse convidado diretamente (Monteiro; Altmann, 2021, p. 19).

Várias professoras somente buscaram cargos de gestão numa fase mais tardia da vida profissional, quando já estavam há muitos anos em sala de aula e sentiam o peso do cansaço ou da idade para continuar nas mesmas funções (Monteiro; Altmann, 2021, p. 19). Por exemplo, uma das diretoras entrevistadas relatou que apenas após os filhos crescerem e após mais de uma década de trabalho docente conseguiu dedicar-se à carreira em tempo integral e, então, prestou concurso para diretora, até esse momento, ela mantivera jornada parcial justamente para equilibrar a profissão com as responsabilidades familiares (informação verbal de entrevista, apud Monteiro; Altmann, 2021, p. 18). Esse exemplo ilustra como responsabilidades domésticas e dificuldades de conciliar trabalho e família podem postergar a ascensão profissional das professoras. Em síntese, fatores como a falta de convites para cargos de chefia, a necessidade de conciliar a carreira com a vida familiar e a menor rede de apoios institucionais configuram barreiras que fazem com que as mulheres demorem mais e enfrentem mais



obstáculos que os homens para ascender profissionalmente na educação básica (Monteiro; Altmann, 2021).

Estudos diversos

Dentre o corpus selecionado, cabe apresentar alguns estudos que apontam questões diversas que permeiam o trabalho de professoras do Ensino Médio. Uma dessas pesquisas trata de questões didáticas relativas à abordagem acerca do feminismo com o público jovem. É um estudo de caso realizado com professoras de uma escola situada em Cuiabá, no Mato Grosso (Veloza; Casagrande, 2023). As pesquisadoras identificaram que apesar da maioria das participantes ter consciência sobre a temática do feminismo, apenas 30% delas destacou trabalhar tais questões com os estudantes. Observou-se ainda a manutenção de crenças de cunho machista nas falas das entrevistadas (Veloza; Casagrande, 2023).

Outro tema que também foi abordado nas pesquisas analisadas foi a percepção da homofobia por professoras de Ensino Médio e Fundamental. Nesse estudo, realizado em uma escola de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foram entrevistadas 20 professoras acerca do tema. Todavia, observou-se que não existe uma preocupação formal por parte das docentes quanto à sexualidade na escola, tratando o tema com dificuldade ou mesmo ignorando e tomando como brincadeira (Borges et al, 2011).

Chamam atenção ainda dois estudos que destacam o trabalho de professoras de Ensino Médio de disciplinas específicas. Uma delas, realizada no estado de São Paulo, buscou compreender a trajetória profissional e as práticas docentes de 11 psicólogas que atuam como professoras do Ensino Médio em escolas públicas da capital paulista (Kohatsu, 2015).

Na pesquisa, foram entrevistadas professoras efetivas da rede estadual paulista que lecionavam a disciplina de Psicologia, retirada do currículo escolar da rede em 2007. Dentre as docentes, algumas se encontram já aposentadas e outras assumiram funções de gestão escolar. Na pesquisa, foram abordados seus percursos profissionais, a experiência com a docência, as condições de trabalho e a chegada da aposentadoria, construindo assim um importante documento de memória dessas profissionais (Kohatsu, 2015).

A segunda pesquisa que trata sobre as experiências das professoras de Ensino Médio teve como participantes duas professoras de Filosofia de uma escola pública da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia (Eugênio; Prado, 2021). A pesquisa concluiu

que mesmo com as dificuldades e o desprestígio da docência, as professoras aumentaram o seu capital cultural a partir da profissão (Eugênio; Prado, 2021).

Por fim, um estudo tratou acerca das práticas de casamento de professoras de Ensino Médio, na cidade de Nobres, no Mato Grosso (Pinho; Lacerda, 2020). Nesta pesquisa, os autores observaram que as professoras, em sua maioria contraíram matrimônio com parceiros que tinham melhores condições financeiras e menos escolaridade e, com o passar do tempo, foi mantida no mesmo patamar a escolaridade, todavia as mulheres melhoraram as condições financeiras, sendo que a maioria passou a ter maior renda que seus maridos (Pinho; Lacerda, 2020).

Estudos como esse indicam que, com o tempo, muitas professoras do Ensino Médio superaram a renda de seus parceiros, apesar da persistência da desvalorização social da docência. Essa ascensão econômica relativa das professoras evidencia o papel da docência como vetor da autonomia financeira feminina, mas também escancara o peso da dupla jornada: além da sala de aula, muitas continuam responsáveis pelo cuidado de filhos, idosos e afazeres domésticos. Isso aprofunda o desgaste e limita as oportunidades de formação continuada e ascensão profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, percebe-se a escassez de estudos que tenham como objetivo principal abordar questões relativas ao trabalho de professoras do Ensino Médio. Apesar de termos identificado alguns artigos que tratam do trabalho de professores e professoras sobre determinados assuntos e práticas de disciplinas específicas, poucos são os que se dedicam a refletir sobre as condições de trabalho, as práticas pedagógicas, as trajetórias de vida ou outras questões delimitadas ao universo feminino da docência no Ensino Médio.

Como tratamos na introdução deste trabalho, o Ensino Médio é a etapa da Educação Básica que possui a maior quantidade de professores homens, uma vez que atrela-se à figura da mulher o cuidado com as crianças pequenas, que vai perdendo a importância ao passo que as etapas avançam e as disciplinas se complexificam, sendo exigido para o exercício do magistério os cursos de Licenciatura e não apenas o curso de Pedagogia, majoritariamente feminino.

Nesse sentido, no Ensino Médio, as professoras, que são maioria na Educação Infantil e Ensino Fundamental, inclusive nos cargos de gestão, perdem espaço para os



homens, que já não se vinculam a ideia de cuidado quando assumem a docência para adolescentes e jovens.

Assim, é necessário aprofundarmos as pesquisas acerca do trabalho das professoras de Ensino Médio, inclusive a partir dos marcadores de gênero. Vivemos em uma sociedade em que as condições de trabalho ainda são permeadas por uma cultura patriarcal que transfere para as mulheres uma série de atribuições de cuidado com a casa, a família, filhos, idosos, para além do seu trabalho formal.

Na escola não é diferente, ficando a cargo das professoras e gestoras o cuidado e o zelo com os estudantes, mesmo nas situações em que é marcante a presença de homens no ambiente escolar, como é o caso do Ensino Médio. Desta forma, compreender o trabalho docente feminino nesses espaços é de fundamental importância para contribuir com ações que visem ao empoderamento feminino.

AGRADECIMENTOS

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ATAIDE, P. C.; NUNES, I. M. L. Feminização da profissão docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**, v. 9, n. 1, p. 167-188, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v9n1p167-188>

BERNARDES, C. F. da S. As diferenças de gênero na gestão escolar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 40, n. 137, p. 163-182, 2019. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1284>

BORGES, Z. N. et al. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). **Educar em Revista**, n. 39, p. 21–38, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/5GkYjLtFdH3r85zffykqNkN/>. Acesso em 5 set. 2024.

BRUNO, M. C. Autoridade docente: uma questão sobre gênero e raça. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 13, n. 1, p. 124-136, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20220009>



- CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Relações de gênero e precarização do trabalho docente. **HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33e, p. 251-263, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639539>
- DE PINHO, Fernanda Ferreira; LACERDA, André Luís Ribeiro. Casamento por troca de status de professoras do Ensino Médio e Fundamental de Nobres - MT. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 37, p. 323–347, 2020. DOI: 10.21669/tomo.vi37.12983. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/12983>. Acesso em: 5 set. 2024.
- EUGÊNIO, B. G.; PRADO, M. V. Trabalho docente e desigualdades de gênero: reflexões contemporâneas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-21, 2021.
- HYPÓLITO, Á. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. *Educação & Sociedade*, v. 18, n. 60, p. 39-62, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000400003>
- INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.
- KOHATSU, L. N. High School Psychology teachers' narratives: between memories and reflections. **Revista Psicologia da Educação**, n. 41, p. 65–81, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752015000200005. Acesso em 5 set. 2024.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MASO, S. P. D. Presença de mulheres na gestão escolar: dinâmicas de gênero e de poder na gestão escolar da rede estadual de ensino de Santa Catarina. **Educação & Pesquisa**, v. 51, e259264, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551264>
- MONTEIRO, M. K. Ascensão à direção escolar e distanciamentos necessários. **Educar em Revista**, v. 39, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3845/384573764011/html/>
- MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Ascensão na carreira docente e diferenças de gênero. **Educar em Revista**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155066887003#:~:text=Os%20homens%20est%20C3%A3o%20percentualmente%20mais%20presentes%20em%20cargos,g%20C3%AAnero%20e%20escolha%20na%20ascens%20C3%A3o%20na%20carreira%20docente.>
- Acesso em: 06 jan 2024.
- PINHO, A. R. M.; LACERDA, A. A. Professoras do ensino médio e transformações socioeconômicas: um estudo sobre gênero e trabalho docente. **Revista Brasileira de Estudos de Educação**, v. 25, n. 2, p. 233-248, 2020.
- PRADO, W. C. S.; EUGENIO, B. Condições de trabalho e capital cultural de professoras de filosofia no ensino médio. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 16, n. 37, p. 243–257, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i37.1924. Disponível em:



<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1924>.

Acesso em: 5 set. 2024.

SOLDI, J. L.; CAMARGO, E. C. **Mulheres na gestão escolar: questões de gênero, tempo pedagógico e qualidade de vida**. IFRS, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/409/123456789409.pdf>

VELOZO, Aline Debossan; CASAGRANDE, Ana Lara. Professoras no Ensino Médio: didática, abordagens e concepções. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 70–91, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.75049. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/75049>. Acesso em: 5 set. 2024.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p. 159-180.

